

gestão pública

Liderança para a mudança



José Carlos Rassier*

Não existe processo social que se mantenha estático, já que as mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas sempre acompanham a história da humanidade. Certamente, há um conteúdo ideológico em cada um dos processos, porém os mesmos não estão imunes à atividade individual ou à que é gerada pela ação de grupos organizados.

Outra característica social importante diz respeito à capacidade de adaptabilidade ou de interação com tais mudanças, que ensejam novas condutas, as quais estão ligadas ao desenvolvimento de habilidades e de competências agregadas às lideranças, e compondo o capital técnico e institucional das organizações, públicas ou privadas. Adaptação e flexibilidade são

exigências contemporâneas presentes em todos os espaços de diálogo e de intervenção.

Dito isso, cabe frisar que, do ponto de vista individual, quando nos referimos a essas habilidades, constatamos que algumas são inatas e formam o modo de ser dos indivíduos, enquanto que, em muitos casos, determinadas competências podem ser



adquiridas e incorporadas ao comportamento. Não se trata de forjar artificialmente a formação de lideranças, mas de reconhecer que a complexidade da vida atual e os desafios que estão colocados à frente de quem governa, ou interfere em decisões cruciais, exigem posturas e capacidades cognitivas.

Nesse cenário, os líderes que buscam atingir níveis de excelência na condução das organizações que representam devem contribuir, de forma decisiva, para a definição de uma visão estratégica e de uma missão institucional, sendo indispensável que, da mesma forma, estejam compromissados com a implantação das mesmas.

Tais líderes devem compreender que os processos de ruptura destinados a extirpar os estágios de acomodação e de inércia organizacional, ou operacional, nascem da motivação e da vontade de fazer mais e melhor, de forma organizada e participativa. Esse fato pressupõe que se posicionem como indutores, estimuladores e coordenadores dessas ações, sem coibir as iniciativas, buscando ampliar o espaço para a materialização das mesmas.

Existe também um componente ético inerente à liderança. Os líderes, sejam aqueles eleitos e escolhidos por determinado período ou os que naturalmente se destacam e assumem posições na sociedade, devem sempre agir no sentido de fortalecer valores e princípios que estejam em estreita cumplicidade com os propósitos de dignidade no exercício das funções e na resolução dos problemas.

Diante de tantas perplexidades e indagações com relação ao futuro da política e a possibilidade de que vicejem saudáveis práticas de governo, fica evidente que necessitamos, cada vez mais, contar com a postura de líderes que, além de possuírem o poder da autoridade, devem deter a serenidade para o exercício do poder. Autoridade legítima, baseada em reconhecimento e aceitação, e que sirva para conduzir as organizações não apenas para o pleno cumprimento dos ditames legais, mas também para a adesão a procedimentos de gestão e ao emprego de recursos que estejam em consonância com os ditames da moralidade e do interesse público.

Por esse motivo, podemos afirmar que integra esse postulado ético, indispensável à condução dos negócios públicos, a busca permanente pela capacitação e formação, o estabelecimento de indicadores de resultados, o uso

centrada na adoção de mecanismos de gestão e de relacionamento com os diversos atores que atuam no ambiente interno e externo do território, baseada em respeito, que, por sua vez, desencadeia confiança.

Quando percebemos que os governos são conduzidos por pessoas que devem cumprir leis e atender a normas, mas que também, dentre as suas incumbências, devem realizar e propor políticas públicas, compreendemos que, no espaço público, a incompetência cobra um preço alto para a sociedade. O bom exemplo dessa afirmação vem de uma citação exemplar: “Se você acha cara a educação, experimentalmente o que custa a ignorância”.

Mesmo diante de profundas e irreversíveis mudanças, e também em decorrência delas, quando assistimos à reafirmação das cidades como *locus* privilegiado para as políticas públicas, não pode-

... no espaço público, a incompetência cobra um preço alto para a sociedade.

de instrumentos de planejamento e de diagnóstico, o emprego de critérios para aferir a qualidade do gasto e a maximização da receita e o foco em gestão de resultados orientados para a sociedade.

Essas posturas, para além dos marcos legais, devem nascer da postura adotada pelos líderes, pois as mesmas servem para gerar e fortalecer uma cultura

mos dispensar o papel ativo das lideranças, que se tornam indispensáveis para conduzir as transformações e qualificá-las para alcançar novos patamares para a governança pública. ■

*Secretário nacional da Associação Brasileira de Municípios (ABM) e coordenador nacional da Escola de Gestão Pública

www.portalegp.com.br